

**MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.**

CNPJ/MF nº 02.762.115/0001-49

NIRE 3.33.002.6111-7

Companhia Aberta

**Proposta da Administração da Companhia à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/04/2010, às 16:00 horas, em local a ser informado no Edital de Convocação.**

Senhores Acionistas,

A Administração da MMX Mineração e Metálicos S.A. ("Companhia" ou "MMX"), nos termos que dispõe a legislação pertinente e o Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia vem propor a V.Sas., em razão da Assembléia Geral Ordinária, deliberar conforme segue:

**i) Apreciação das contas referentes ao exercício findo em 31/12/2009:**

Aprovar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, todos em 15/03/2010.

As demonstrações financeiras e o Relatório da Administração foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 12 de março de 2010. Os seguintes materiais encontram-se disponíveis para consulta no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da Bovespa ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da MMX ([www.mmx.com.br/ri](http://www.mmx.com.br/ri)):

- Relatório da Administração;
- Cópia das demonstrações financeiras;
- Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência – **Anexo I** a presente Proposta da Administração, atendendo ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009;
- Parecer dos auditores independentes;
- Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP.

**ii) Proposta de destinação do Lucro Líquido, referente ao exercício findo em 31/12/2009:**

Considerando o resultado negativo do exercício, em R\$ 214,147 milhões, não se aplica a proposição de destinação do lucro líquido. Desta forma, também não se aplica a exigência ICVM 481 de apresentação do Anexo 9 1 II da mesma instrução.

**iii) Eleição dos Administradores:**

Proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia pelo período de 1 (um) ano e ratificação da eleição dos conselheiros eleitos na AGE realizada em 17/03/2010.

Os currículos para os conselheiros candidatos a reeleição seguem abaixo, e encontram-se também disponíveis no site da Companhia:

**Eike Fuhrken Batista**, Presidente do Conselho de Administração, é também fundador e CEO da EBX. cursou engenharia metalúrgica na Universidade de Aachen, Alemanha. Empresário bem-sucedido, dirige o Grupo EBX há mais de 20 anos, ganhando notoriedade mundial na indústria de mineração. Além disso, Eike Batista foi Presidente do Conselho, Presidente & CEO da TVX Gold Inc., empresa de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Toronto e Nova York, e ocupa atualmente a posição de Presidente do Conselho de Administração das Companhias MPX, LLX, OSX e OGX, além de acumular a função de Diretor Presidente nesta última.

**Eliezer Batista da Silva**, Presidente Honorário eleito pelo Controlador, é bacharel em engenharia civil pela Universidade Federal de Engenharia e Arquitetura do Paraná. É ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil, Secretário de Assuntos Estratégicos no Brasil e ex-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Rio Doce International. Foi membro da Academia de Ciências da Rússia e do Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Atualmente é membro do Conselho Empresarial de Desenvolvimento Sustentável e do Conselho Curador do CEBRI/Rio, assim como membro dos Conselhos de Administração das Companhias MPX, LLX, OSX e OGX.

**Luiz Rodolfo Landim Machado**, Conselheiro eleito pelo Controlador, é engenheiro graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação em administração pela Universidade de Harvard e em engenharia pela Universidade de Alberta, no Canadá. Landim foi engenheiro da Eletrobrás S.A., de Furnas Centrais Elétricas S.A. e acumulou carreira de mais de

26 anos no sistema Petrobras, tendo, inclusive, ocupado os cargos de Diretor-Gerente de Gás Natural e Presidente da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO. Em 2003, foi nomeado Presidente da Petrobras Distribuidora S.A. - BR, maior distribuidora de combustíveis do Brasil. Atualmente, responde pela presidência da OSX Brasil S.A. e é membro do Conselho de Administração das Companhias OGX, LLX e MPX.

**Luiz do Amaral de França Pereira**, Conselheiro Independente, é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná e participou do Stanford Executive Program, Stanford University, California, USA, e de diversos cursos nas áreas de administração de empresas e finanças empresariais. Atualmente é sócio-gerente da Três Rios Consultoria e Planejamento Ltda., atuando como consultor independente para assuntos societários e financeiros para diversas empresas e é Membro do Conselho Fiscal do Instituto Desiderata. Foi Diretor da Santana Participações e Empreendimentos Ltda. e Igaporã Participações (ex-Caemi). Atuou no Grupo Caemi por mais de 3 anos como Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, inclusive como membro do Conselho de Administração da Caemi e de empresas controladas. Atuou no Grupo Monteiro Aranha por 7 anos como Diretor Vice-Presidente e como membro do Conselho de Administração de empresas controladas. Atuou no Grupo Vale do Rio Doce por 13 anos, exercendo diversas funções e depois por 7 anos como Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, e como membro do Conselho de Administração de empresas controladas. Foi Diretor executivo em empresas do grupo Bozzano, Simonsen. Atualmente é membro independente dos Conselhos de Administração das Companhias LLX, MPX e OSX.

**Raphael de Almeida Magalhães**, Conselheiro eleito pelo Controlador, é advogado formado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1956. Foi Secretário de Planejamento do Governo Carlos Lacerda, Vice-Governador e Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara – CEDUC, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privadas, Diretor de Assessoria Especial da Light - Cia de Eletricidade, Vice-Presidente de Planejamento do Grupo Atlântica Boavista de Seguros, Presidente da Comissão de Reformulação da Política Habitacional, Membro da Comissão de Estudos Constitucionais, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Secretário de Estado de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Secretário Executivo do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. É titular do Escritório de Advocacia – R.H. Almeida Magalhães-Advogados. Atualmente é Conselheiro também nas Companhias LLX, OGX, MPX e OSX.

**Samir Zraick**, Conselheiro Independente, é também Membro independente dos Conselhos das Companhias MPX, LLX e OSX. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1964. Obteve o título de mestre em engenharia eletrônica pela Delft University da Holanda em 1966. Posteriormente obteve o título de doutor pela Faculté des Sciences de l'Université de Paris em 1970. Trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce como gerente geral de sistemas no período de 1971 a 1975. Foi vice-presidente da Rio Doce América, uma subsidiária americana da Companhia Vale do Rio Doce entre 1975 e 1979. Fez parte do Conselho de Administração e atuou como Chairman do Marketing Committee da Quebec Cartier Mining Co. - QCM, localizada na província do Quebec, Canadá, durante os anos de 1990 a 1999. É ainda membro do Conselho de Administração da Embraer.

**Paulo Carvalho de Gouvêa**, Conselheiro eleito pelo Controlador, é advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou nos escritórios de advocacia Baker & McKenzie e Veirano Advogados Associados, especializado em direito societário, comercial e tributário. Em 1997 entrou para o Grupo EBX como advogado, sendo posteriormente promovido a Diretor Jurídico. Paulo Gouvêa deteve assento no Conselho de Administração da Minera Mantos de Oro S.A., a maior mineradora e produtora de prata da América Latina de 1999 até 2001. Foi, ainda, Diretor Jurídico da MMX e é hoje membro do Conselho de Administração da MPX, LLX, OSX e OGX, além de Diretor de Finanças Corporativas do Grupo EBX.

**Hans Mende**, Conselheiro Independente, atuou no Grupo Thyssen entre 1968-1986, sendo responsável pelo Comércio Internacional de Matérias Primas, exercendo diversos cargos executivos, entre os últimos a Presidente da Thyssen Carbometal. Co-fundador, acionista e Presidente do Grupo AMCI desde 1986, um grupo de mineração de carvão internacional com operações nos Estados Unidos, na Europa, na Austrália, na China e na África do Sul. Mestrado em administração de empresas pela Universidade de Colônia, Alemanha (1967). Atualmente, é Presidente não-executivo da Alpha Natural Resources, uma grande companhia aberta de mineração de carvão nos Estados Unidos. Também faz parte do Conselho de Administração da Quintana Maritime, companhia aberta listada na NASDAQ. A Quintana é uma empresa marítima que opera uma grande frota de transportadoras de carvão e ferro. O Sr. Mende ainda é membro do Conselho de Administração das seguintes empresas privadas, OKD na República Tcheca, AMCI Austrália e a Whitehaven Pty Ltd, Austrália.

**Peter Nathaniel**, Conselheiro Independente, é responsável pela área de risco (Chief Risk Officer) do Royal Bank of Scotland Group, um dos maiores bancos britânicos, sendo o quinto maior do mundo em capitalização bolsista. Antes de ingressar no RBS Group o Sr. Peter

trabalhou por 15 anos no Citigroup, maior conglomerado financeiro do mundo, onde ocupou posições de destaque nas operações de Londres, Moscou e Varsóvia. O Sr. Nathaniel atuou por 3 (três) anos no grupo de reestruturação global do Citigroup em Nova York, sendo responsável por algumas das mais significantes operações nos Estados Unidos e no resto do mundo, além de ocupar o cargo de Chief Risk Officer para o Citigroup Asset Management e trabalhar nas áreas de Seguros, Novos negócios, Fundo de Previdência privada e áreas de proprietary M&A.

Seguem abaixo os currículos dos conselheiros eleitos na AGE de 17/03/2010, para ratificação em AGO:

**Liu Xuhui**, Conselheiro indicado pelo acionista minoritário WISCO. É graduado em Processamento de Minerais pela Universidade de Ciência & Tecnologia de Beijing (USTB) e possui MBA pela Wright State University – Dayton. Ingressou na Wuhan Iron and Steel (Group) Co. (“WISCO”) como engenheiro metalúrgico (responsável por rolos de aço) em 1997. Possui 13 anos de experiência na WISCO, tendo passado por diversas áreas do Grupo como técnico e responsável pela área. Atualmente, ocupa o cargo de “Responsável pela Área de Gerenciamento de Ativos da WISCO”. Não atuou em outras empresas de capital aberto no Brasil.

**Mei Feng**, Conselheiro indicado pelo acionista minoritário WISCO. É um especialista em Processamento de Minerais, graduado em Engenharia de Processamento de Minerais pela Wuhan Institute of Technology. Possui 24 anos de experiência na área de mineração. Atualmente, ocupa o cargo de gerente geral da WISCO encarregado pela Mina de Ferro Daye (uma das maiores minas de ferro na China), com o título profissional de Engenheiro de Processamento de Minerais Sênior. Não atuou em outras empresas de capital aberto no Brasil.

#### **iv) Fixar a Remuneração dos Administradores:**

Propõe-se aprovar, a título de remuneração para os Administradores da Companhia, o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada um. Deste montante, que não necessariamente será integralmente despendido, R\$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais) destinam-se ao pagamento dos honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês vinculados a esse órgão. Além da remuneração acima, poderão ser exercidas e/ou outorgadas opções de subscrição de ações da Companhia, nos termos do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado na Assembléia Geral de 28 de abril de 2006, e que pode ser consultado no site de Relações com

Investidores da Companhia ([www.mmx.com.br](http://www.mmx.com.br)) assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

A remuneração proposta para a Diretoria da Companhia compreende as seguintes parcelas: a) honorários: R\$ 2.895.000,00 (dois milhões oitocentos e noventa e cinco mil reais); e b) benefícios: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Além da remuneração acima, poderão ser exercidas e/ou outorgadas opções de subscrição de ações da Companhia, nos termos do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado na Assembléia Geral de 28 de abril de 2006, e que pode ser consultado no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.mmx.com.br](http://www.mmx.com.br)) assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Rio de Janeiro, 30 de março de 2010.

A Administração.

**MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.**

**EIKE FUHRKEN BATISTA**

Presidente do Conselho de Administração

**ANEXO I**  
**ITEM 10 do Formulário de Referência**

**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre.**

***a. Condições financeiras e patrimoniais gerais***

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para operar os seus ativos e oferecer minério de ferro para os seus clientes no Brasil e no exterior, assim como cumprir adequadamente as suas obrigações de curto e médio prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

A posição patrimonial e financeira da MMX Mineração e Metálicos S.A. representa adequadamente em todos os aspectos relevantes os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios de 2009, 2008 e 2007 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

***b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:***

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2009 apresentava 35% de recursos provenientes de terceiros e 65% de recursos do acionista controlador e demais acionistas.

*(i) hipóteses de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

*(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

***c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos***

A MMX é uma empresa operacional e têm capacidade nominal de produção anual de 10,8 milhões de toneladas. Tal produção é direcionada para venda tanto no mercado interno, quanto no mercado externo.

Em 2009, mesmo sofrendo no primeiro semestre, assim como todo o mercado de mineração, o impacto do cenário econômico adverso originado no ano anterior, a MMX atingiu uma receita operacional líquida R\$ 361,8 milhões, resultado de vendas que totalizaram 4,7 milhões de toneladas. Já no início de 2010, o mercado de mineração mostra sinais claros de recuperação, retornando ao patamar pré-crise de 2008, isto é, forte demanda por minério de ferro, motivada principalmente pelas importações chinesas e o seu reflexo nos preços internacionais, com aumentos significativos em relação aos preços de 2009.

Face o concomitante aumento de produção e demanda por minério de ferro, as perspectivas são de crescimento significativo da receita operacional líquida da MMX em 2010 em relação à 2009.

A empresa efetuou no início de 2010 uma reestruturação societária que lhe permitiu captar aproximadamente US\$ 650 milhões, sendo US\$ 400 milhões da siderúrgica chinesa Wuhan, que adquiriu 21,52% de participação acionária e US\$ 250 milhões de acionistas minoritários, que exerceram seu direito de subscrição no recente aumento de capital. Os recursos dos minoritários serão utilizados, essencialmente, na reestruturação da dívida financeira bancária da MMX.

A empresa prevê também para 2010, reduzir de forma significativa as suas despesas gerais e administrativas em relação às despesas de 2009, que alcançaram R\$ 138,5 milhões, além da redução considerável de despesas não recorrentes geradas nos últimos anos devido às renegociações de contratos antigos herdados das empresas adquiridas pela MMX em 2007 e 2008.

A MMX encontra-se em processo de alongamento do perfil de sua dívida, já tendo negociado e alongado parcelas de sua dívida de curto prazo. Vale ressaltar que a MMX encontrou total receptividade dos principais credores para renovar suas linhas de crédito vigentes e tem disponíveis em torno de R\$ 100 milhões, adicionais aos US\$ 120 milhões já mencionados, em linhas de capital de giro e trade finance. Portanto, considerando a sua potencial capacidade de geração de caixa e captação de recursos, sua posição de liquidez e o seu perfil de endividamento, a Diretoria da Companhia acredita que não terá dificuldade em honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

***d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas***

A MMX possui relacionamento e limite de crédito aprovado para operações de curto e longo prazos com as seguintes instituições financeiras: Itaú, Bradesco, Votorantim, ABC Brasil, Credit Suisse, Safra e BTG Pactual. A MMX também possui relacionamento com instituições financeiras de menor escala, como Pine, Fibra, BIC e Indusval, para operações pontuais de curto prazo.

***e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez***

Conforme mencionado no item 10.1 d.

***f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:***

*(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Em 31/12/2009 a dívida da MMX totalizava R\$ 1.040 milhões e os principais financiamentos eram:

A MMX Sudeste efetuou um financiamento através de um Pré-Pagamento de Exportação (PPE) em dezembro de 2008, no valor de US\$ 120 milhões por um prazo de quatro anos.

Em abril de 2009, a Companhia fez uma emissão privada, em série única, de 45.620 debêntures simples, escriturais, perpétuas, subordinadas e não conversíveis, no valor total de R\$ 456,2 milhões, equivalentes a US\$ 200 milhões, na data de emissão. As debêntures serão remuneradas aos investidores pelo IGP-M e foram subscritas pelo Mercatto Botafogo Renda Fixa e Crédito Privado FI LP ("Mercatto") e têm como banco mandatário o Itaú Unibanco S.A.

Em novembro de 2009, a MMX S/A fez sua 2ª emissão de debêntures, porém desta vez uma emissão pública, através do banco Votorantim, de 192 debêntures cambiais simples, escriturais, nominativas, quirografária, e não conversíveis. A emissão tem o prazo de três anos, no valor total de R\$ 97,2 milhões, equivalentes a US\$ 55,4 milhões convertidos na data de emissão. As

debêntures serão corrigidas pela variação cambial em dólar norte-americano acrescido de juros fixos de 8,50 % a.a. e têm como banco mandatário o Itaú Unibanco S.A.

Instituições	Garantias	Vigência	Consolidado					
			2009			2008		
			Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
<b><i>MMX:</i></b>								
Leasing aeronave	<b>b</b>	1/7/2016	7.111	60	7.171	10.490	232	10.722
Banco Itaú S.A.	<b>b</b>	15/1/2010	190.000	679	190.679	-	-	-
			<u>197.111</u>	<u>739</u>	<u>197.850</u>	<u>10.490</u>	<u>232</u>	<u>10.722</u>
<b><i>MMX Metálicos:</i></b>								
Banco Fibra	<b>a</b>	29/1/2010	3.482	476	3.958	4.674	217	4.891
Banco Votorantim S.A.	-	3/2/2009	-	-	-	23.370	2.515	25.885
Banco Votorantim S.A.	-	6/2/2009	-	-	-	35.055	3.929	38.984
Banco Safra S.A.	-	6/8/2009	-	-	-	70.110	1.620	71.730
Banco Votorantim S.A.	-	29/1/2010	-	-	-	71.045	3.168	74.213
Banco Votorantim S.A.	<b>a</b>	14/1/2010	16.367	1.339	17.706	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	<b>a</b>	29/1/2010	17.412	2.600	20.012	23.370	1.331	24.701
Banco Unibanco S.A.	<b>a</b>	14/6/2010	104.472	164	104.636	140.220	322	140.542
Banco Votorantim S.A.	<b>a</b>	11/10/2010	43.530	1.251	44.781	58.425	1.743	60.168
			<u>185.263</u>	<u>5.830</u>	<u>191.093</u>	<u>426.269</u>	<u>14.844</u>	<u>441.113</u>
<b><i>MMX Corumbá:</i></b>								
Banco ABC Brasil S.A.	-	20/2/2009	-	-	-	11.685	551	12.236
Banco Citibank S/a	-	25/3/2009	-	-	-	23.370	639	24.009
Banco Votorantim S.A.	-	9/6/2009	-	-	-	9.348	656	10.004
Banco Safra	-	12/1/2009	-	-	-	35.055	1.392	36.447
Banco Safra	-	10/7/2009	-	-	-	70.110	2.091	72.201
Banco Votorantim S.A.	<b>a</b>	10/10/2010	43.530	1.251	44.781	58.425	1.743	60.168
Banco Bradesco S.A.	<b>a</b>	29/1/2010	17.412	2.600	20.012	23.370	1.331	24.701
Banco Bradesco S.A.	<b>a</b>	29/1/2010	17.412	2.403	19.815	23.370	1.133	24.503
Banco Fibra	<b>a</b>	29/1/2010	5.224	449	5.673	-	-	-
Banco Fibra	<b>a</b>	29/1/2010	3.482	446	3.928	4.674	195	4.869
Banco Itaú BBA	<b>a</b>	15/3/2010	17.412	1.191	18.603	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	<b>a</b>	29/1/2010	8.706	987	9.693	11.685	433	12.118
Banco Bradesco S.A.	<b>a</b>	29/1/2010	26.118	2.119	28.237	35.055	632	35.687
Banco Unibanco S.A. BNDES	<b>b</b>	15/3/2010	77	0	77	361	2	363
Banco Itaú BBA S.A. BNDES	<b>b</b>	16/8/2010	237	0	237	810	156	966
Banco Itaú BBA S.A. BNDES	<b>b</b>	16/8/2010	1.632	8	1.640	4.076	18	4.094
Banco Itaú BBA S.A. BNDES	<b>b</b>	15/10/2010	587	2	589	1.219	6	1.226
			<u>141.829</u>	<u>11.456</u>	<u>153.285</u>	<u>312.613</u>	<u>10.979</u>	<u>323.592</u>
<b><i>MMX Sudeste:</i></b>								
Banco Bradesco S.A.	<b>a</b>	28/8/2011	87.060	1.314	88.374	116.850	2.659	119.509
Banco Itaú BBA S.A.	<b>b</b>	29/12/2011	208.944	1.379	210.323	280.440	154	280.594

Instituições	Garantias	Vigência	Consolidado					
			2009			2008		
			Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
			296.004	2.693	298.697	397.290	2.813	400.103
<b>AVG:</b>								
Banco Bradesco S.A.	-	8/8/2009	-	-	-	5	-	5
Banco Mercantil	-	12/7/2009	-	-	-	179	-	179
Banco Mercantil	a	31/5/2010	55	-	55	232	-	232
Banco Mercantil	a	31/5/2010	110	-	110	463	-	463
Banco ABC Brasil S.A.	a	20/2/2009	-	-	-	11.685	551	12.236
Banco Votorantim S.A.	a	29/1/2010	17.412	2.543	19.955	23.373	1.183	24.553
Banco Bradesco S.A.	a	5/5/2010	73.984	1.367	75.351	-	-	-
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A	a	23/6/2010	104.472	21	104.493	140.220	19	140.239
Banco Bradesco S.A. - Financ.	-	4/7/2009	-	-	-	526	-	526
			196.033	3.931	199.964	176.683	1.754	178.433
<b>Principal e juros incorridos</b>			<u>1.016.240</u>	<u>24.649</u>	<u>1.040.889</u>	<u>1.323.345</u>	<u>30.622</u>	<u>1.353.964</u>
<b>Circulante</b>						776.851		562.462
<b>Não circulante</b>						264.038		811.502

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2010	-	946	-	461.703
2011	705	946	261.492	342.148
2012	705	7.652	705	7.651
2013 até o último ano	1.841	-	1.841	-
	<u>3.251</u>	<u>9.544</u>	<u>264.038</u>	<u>811.502</u>

- a. Empréstimos e financiamentos em que a Companhia é avalista.
- b. Empréstimos e financiamentos em que o acionista controlador e a Companhia são avalistas.

Os financiamentos em moeda nacional incidem: (i) juros fixos de 12,60% a.a.; e (ii) juros variáveis com base na TJLP, Cesta de Moedas e CDI, sendo os dois primeiros acrescidos de juros fixos de 5,60% a.a. e o CDI acrescido de juros variando entre 2,65% e 138,95% do CDI.

Sobre os financiamentos em moeda estrangeira incidem: (i) variação cambial em dólares norte-americanos acrescidos de juros fixos de 6,90% a 13,10% a.a.; e (ii) LIBOR acrescido de juros

variando entre 2,85% a 4,70% a.a., e o custo médio do empréstimo em moedas estrangeiras resulta em uma taxa média ponderada de 7,87% a.a. acrescida de variação cambial em dólares norte-americanos.

Em novembro de 2009, a MMX efetuou a 2ª. emissão de debêntures simples, não conversíveis, no montante de R\$ 97.238, pelo prazo de 3 anos, através do banco Votorantim. Esta emissão serviu para alongar as dívidas em ACC's de mesmo valor, vencidas em janeiro de 2010. Este saldo encontra-se registrado na rubrica Debêntures, conforme nota Explicativa nº23.

Em 2009, a Companhia e suas controladas captaram mais de US\$245 milhões de dólares e liquidaram US\$124 milhões de dólares. A empresa alongou a sua dívida em moeda estrangeira para um prazo médio de 446 dias, com uma taxa média ponderada de 7,87%. A dívida em moeda nacional terminou o ano de 2009 com um prazo médio de 55 dias e uma taxa média de 11,64%.

Os contratos acima mencionados não estão sujeitos às cláusulas de *covenants* e não incorreram em custos de transações significativos para efeito do CPC nº 08, aprovado pela deliberação CVM nº 556/08.

Seguem abaixo as principais liquidações e captações ao longo de 2009.

<b>2009</b>			
<b>Liquidações</b>			
<b>Empresa</b>	<b>Banco</b>	<b>Data</b>	<b>Valor US\$ (000)</b>
Corumbá	Safra	12/1/2009	15.000
Metálicos	Votorantim	19/1/2009	10.000
Metálicos	Votorantim	19/1/2009	15.000
Corumbá	ABC Brasil	19/2/2009	5.000
AVG	ABC Brasil	20/2/2009	5.000
Corumbá	Citibank	25/3/2009	10.000
Corumbá	Votorantim	9/6/2009	4.000
Metálicos	Safra	6/8/2009	30.000
Corumbá	Safra	10/7/2009	30.000
			124.000

2009				
Captações				
Empresa	Banco	Data	Taxa a.a.	Valor US\$ (000)
Metálicos	Votorantim	22/1/2009	8,50%	25.000
Corumbá	Fibra	21/1/2009	8,70%	3.000
Corumbá	Itaú BBA	23/3/2009	8,70%	10.000
AVG	Bradesco	5/11/2009	138,95% CDI	42.490
MMX S.A	Itaú BBA	3/8/2009	CDI + 2,75%	109.120
MMX S.A	Votorantim	4/12/2009	8,50%	55.492
				245.102

*(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Em 31 de dezembro de 2009, não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não estejam descritas no item 10.1 f (i).

*(iii) grau de subordinação entre as dívidas*

Até o presente momento, todas as dívidas das controladas possuem garantia da própria holding, MMX S/A.

*(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

A Companhia e suas controladas são partes em alguns contratos financeiros, conforme acima indicados, nos quais estão inseridas disposições (covenants) usualmente praticadas no mercado, dentre as quais não se incluem covenants financeiros, ou seja, aqueles relativos a limites de endividamento e contratação de novas dívidas. Dentre esses covenants não financeiros, destacam-se: (i) obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; (ii) direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações; (iii) obrigação de manter-se em dia relativamente a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; (iv) obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; (v) respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; (vi) restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios; (vii) restrições quanto a mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e atos constitutivos dos devedores.

***g. limites de utilização dos financiamentos já contratados***

Como a MMX S/A é uma empresa operacional e possui um fluxo de recebíveis, os limites de crédito com os bancos são utilizados na sua totalidade de acordo com as necessidades pontuais de cada controlada.

***h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras***

Até o presente momento não apuramos diferenças significativas nas demonstrações financeiras.

**10.2 Os diretores devem comentar sobre**

***a. Resultados das operações da Companhia, em especial:***

*(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se não há certeza significativa na sua realização.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

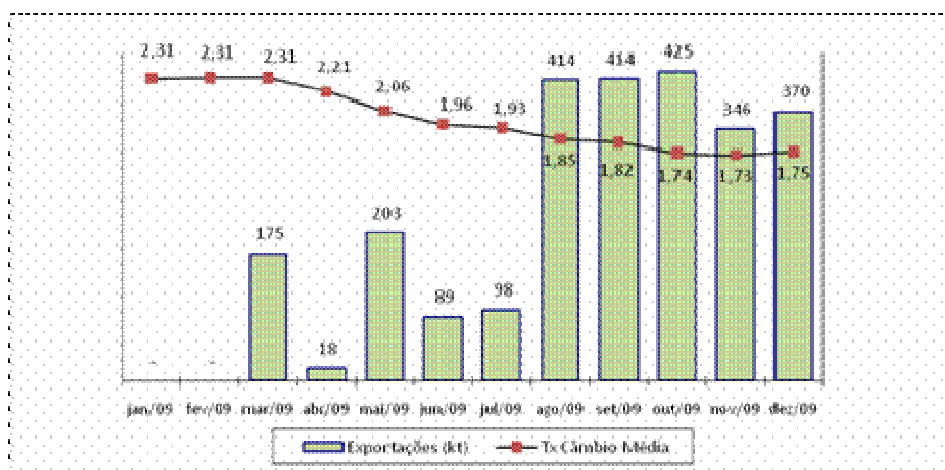
Os resultados operacionais consolidados de 2009 foram afetados materialmente por custo de ociosidade, baixa de diferido e perda na venda de ativos, conforme mencionado na nota explicativa nº31 das demonstrações financeiras e demonstrado abaixo:

**Consolidado 2009**

Custo de ociosidade	(22.718)
Baixa de diferido	(28.599)
Baixa de impostos a recuperar	(15.622)
Perda na venda de ativos	(87.047)

**b. *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços***

No ano de 2009, as receitas da MMX sofreram um impacto negativo em função da queda nos preços internacionais de minério de ferro. Os preços de referência foram reduzidos em 28,2% no caso do minério fino e 44,47% no caso do minério granulado. Adicionalmente a este impacto negativo e tendo em vista que 54% das vendas foram destinadas à exportação, o comportamento do câmbio teve um impacto negativo sobre essas receitas, o que pode ser facilmente constatado no gráfico abaixo. A inflação não tem impacto nas receitas da Companhia, pois os preços dos produtos são negociados com base nos preços de referência praticados no mercado.



Em relação aos volumes vendidos, o ano de 2009 ficou em linha com 2008, totalizando 4.683 mil toneladas em comparação a 4.737 mil toneladas vendidas em 2008. Contudo, o percentual exportado em 2009 foi 28% superior a 2008, o que demonstra o compromisso da Administração em buscar novos mercados para os produtos da Companhia. Neste ano também se iniciou o desenvolvimento de um novo produto na unidade Corumbá, o bitoladinho, cuja granulometria se encontra entre o minério granulado e o sinter feed, ambos produtos já existentes no portfólio da MMX. O impacto deste novo produto na receita em 2009 foi

desprezível, porém o mesmo terá ao longo de 2010 uma participação significativa no mix de vendas de nossa unidade em Corumbá.

***c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.***

*Inflação*

De forma geral a variação de preços dos nossos insumos e materiais de consumo, bem como serviços prestados apresentaram alta correlação com os principais índices de preços usados pelo mercado. Nossos principais fornecedores pautaram seus reajustes de preços tendo a inflação corrente como teto, haja visto a depressão generalizada que assolou o mercado de minério de ferro ao final de 2008 e nos primeiros meses de 2009. Ademais adotamos como política a utilização de contratos de longo prazo em nosso relacionamento com terceiros, os quais pressupõem reajuste máximo por determinado índice de preços, o que inviabilizaria a escalada de preços em ritmo superior.

A inflação não tem impacto nas receitas da Companhia, pois os preços dos produtos são negociados com base nos preços de referência praticados no mercado.

*Câmbio*

Os preços de nossos produtos apresentam estreita correlação com os praticados no mercado externo, não sendo influenciados por fatores relacionados a custos de produção. Dessa forma, em períodos de depreciação cambial do real (R\$) frente o dólar americano (US\$), registramos um impacto positivo na receita, praticamente na proporção de 1% de incremento a cada 1% de depreciação cambial da moeda nacional. Adicionalmente, como algumas de nossas despesas são também referenciadas em moeda americana, haja visto serem incorridas no exterior (frete fluvial até portos argentinos de produtos de nossa unidade em Corumbá), sofremos impactos negativos dessa mesma depreciação. Obviamente, o resultado líquido operacional é altamente favorável à companhia. Com relação à variação cambial e o seu impacto no resultado financeiro, a Companhia e suas controladas possuíam ao final de 2008 operações de hedge através de NDF's ("Non Deliverable Forwards") num total líquido de US\$ 610.976 mil em posições vendidas, com vencimentos ao longo de 2009 e 2010. O objetivo era amortecer o efeito da variação da moeda sobre sua receita de vendas denominadas em dólares americanos e, conseqüentemente, o impacto que variações da taxa de câmbio teriam sobre sua capacidade de fazer frente a suas obrigações de Capex e Opex desembolsados em reais. Tais desembolsos foram projetados com base no plano de negócios elaborado em julho de 2008, que acabou não se realizando devido ao cenário econômico mundial adverso.

Em março de 2009, a MMX tomou a decisão, diante da contínua falta de previsibilidade do cenário econômico, principalmente do mercado de câmbio, de travar suas exposições vendidas em dólar, assumindo a posição inversa, isto é, comprando dólares também através de NDFs com vencimentos e montantes coincidentes com as posições vendidas anteriormente contratadas. Esta estratégia operacionaliza ao longo de março até a primeira semana de abril, eliminando por completo, a exposição cambial da MMX nas operações de NDF's, as quais venceriam entre abril e agosto de 2009.

A modalidade de proteção usualmente utilizada pelo Grupo para a proteção dos investimentos de Capex e Opex tem sido a contratação de NDF's que consiste na troca de moeda para garantir que a Demonstração de Resultado do Exercício ("DRE") da Companhia e suas controladas em questão, ao ser expressa em uma única moeda, minimize oscilações decorrentes de variações das taxas de câmbio. A política da Companhia e suas controladas não permite à assunção de posições passíveis de produzir ganhos (perdas) ilimitados. Instrumentos que incluam "gatilhos" que gerem, potencialmente, ganhos (perdas) são, igualmente, vedados nas operações. A perda máxima passível de ser gerada em suas operações com derivativos é calculada semanalmente com base em técnicas estatísticas que controlam o total da exposição assumida pela Companhia e suas controladas.

Sempre que houver liquidez a preços dentro de uma curva esperada de mercado, a Companhia e suas controladas buscarão a contratação de instrumento com prazo de vencimento o mais próximo possível ao da estimativa de vencimento de suas obrigações, garantindo um sincronismo entre vencimentos de NDF's e recebimentos de vendas. Isto garante impactos insignificantes sobre o fluxo de caixa da Companhia e sua DRE. Se por algum motivo, falta de liquidez do mercado, por exemplo, os instrumentos disponíveis não atenderem a necessidade de prazo de cobertura da Companhia e suas controladas, serão contratados vencimentos mais curtos, os quais serão alongados tão logo seja restabelecida a liquidez do mercado para vencimentos mais longos.

Nas operações a termo de moeda, a Companhia apresentou no ano de 2009 resultados negativos realizados de R\$385.016. Os primeiros vencimentos ocorreram em 2 de fevereiro de 2009, na MMX Corumbá, que pagou o valor de R\$34.636, e na MMX Sudeste, que pagou também com recursos próprios o valor de R\$5.611. Em 1 de abril de 2009 a MMX Metálicos pagou R\$ 28.312, e mais R\$ 29.815 em 04 de maio de 2009. Em 01 de julho de 2009 a MMX Sudeste liquidou todas as suas posições com um prejuízo realizado de R\$ 58.928. E no mês seguinte, no dia 3 de agosto de 2009, a MMX Metálicos e a MMX Corumbá liquidaram as suas posições em aberto pagando um montante de R\$ 189.434 e R\$ 37.407, respectivamente.

A Companhia e suas controladas não mantinham posições de NDF's em aberto, ao final de 2009.

Os resultados da Companhia e suas controladas são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos/ativos atrelados ao dólar norte americano que encerrou em 31 de dezembro de 2009 com variação negativa de 25,49% em relação a 31 de dezembro de 2008. Dada a concentração de nosso endividamento bancário em linhas de trade finance, a depreciação cambial do R\$ produzirá efeitos negativos sobre o nível de despesas financeiras da MMX, como também provocará um incremento da variação cambial devedora em seu DRE. Em caso de apreciação cambial do R\$ teremos o efeito inverso sobre nossa despesa financeira, a qual será reduzida. Haja vista não termos ativos dolarizados, nesse caso não seremos beneficiados por variação cambial credora decorrente de apreciação cambial do R\$.

#### *Taxas de Juros*

Decorre da possibilidade da MMX e de suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a MMX e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Em 31 de dezembro de 2009, 77% da dívida da Companhia estava denominada em dólares, através de linhas de Trade Finance a juros fixos com as instituições financeiras de seu relacionamento, portanto em 31 de dezembro de 2009 a MMX não possui exposição significativa a juros perante o mercado.

A exposição em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 é demonstrada a seguir (em milhares de dólares norte americano):

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
A. Financiamentos/empréstimos e obrigações com aquisições de investimentos	618.870	695.390
B. Operações financeiras de <i>swap</i>	-	-
C. Exposição apurada (A-B)	<u>618.870</u>	<u>695.390</u>

### **10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados**

#### ***a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

Em 23 de junho de 2009, a MMX celebrou acordo de venda da planta de metálicos para a Vetorial pelo preço de venda de R\$100.000, sendo 84% à vista na assinatura do contrato de compra e venda.

Em 8 de setembro de 2009, a MMX comunicou a assinatura do contrato definitivo de venda destes ativos ao custo total de R\$183.984, efetivando a provisão de perda reconhecida no montante de R\$83.984, registrada na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, conforme Nota Explicativa nº31 das demonstrações financeiras.

#### ***b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

Em 11 de fevereiro de 2010 o Conselho de Administração da MMX aprovou o aumento de capital mediante a emissão de no máximo 167.849.906 ações ordinárias da Companhia. Em 26 de fevereiro de 2010 houve a subscrição e integralização de 101.781.171 ações ordinárias pela WISCO Brasil Investimento em Metalurgia Ltda. ("WISCO Brasil") pelo valor total de R\$738.931.301,46, representando 21,52% do capital social total da MMX. Deve-se considerar que haverá subscrição de ações pelos demais acionistas, uma vez que o referido aumento de capital ainda não foi homologado pelo Conselho de Administração até o presente momento.

#### ***c. Eventos ou operações não usuais***

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

### **10.4 Os diretores devem comentar sobre**

#### ***a. Mudanças significativas nas práticas contábeis***

Dentro do processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil para o IFRS, diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações, para convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

As demonstrações financeiras consolidadas do próximo exercício serão elaboradas conforme o CPC nº 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Texto válido para as companhias abertas que vão adotar IFRS pela primeira vez), conforme Instrução CVM 457 de 13.07.2007.

#### ***b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

Os efeitos da convergência às normas internacionais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem

apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

***c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor***

Não aplicável.

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

***Imobilizado***

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nos mesmos, conforme Nota Explicativa nº 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

***Redução ao Valor Recuperável de Ativos***

Os ativos do imobilizado, do intangível e do diferido tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O goodwill e os ativos intangíveis com vida útil indefinida tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

***Reconhecimento das Receitas e Custos Futuros***

Nossas receitas e custos são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

***Impostos diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Com relação a MMX Chile, o imposto corrente é calculado com base na alíquota de 17% sobre o lucro líquido. Caso o lucro seja remetido para o exterior, a alíquota passa a ser de 35%.

***Contingências***

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são parte em ações judiciais de natureza civil e processos administrativos e correntes do curso normal das

operações. Baseada na avaliação de seus assessores legais quanto à possibilidade de perda nesses processos, a controlada AVG constituiu provisão para contingências fiscais no valor de R\$206 em 31 de dezembro de 2009 (R\$1.435 em 31 de dezembro de 2008) considerados como causas prováveis. A Companhia possui também ações trabalhistas cuja probabilidade de perda é possível e cujo montante é de R\$5.983.

A controlada MMX Metálicos Corumbá possui processos abertos pelo IBAMA que se encontram no âmbito administrativo e cujas multas foram arbitradas em aproximadamente R\$14.000. Baseada na avaliação dos assessores legais, caso exista a discussão no âmbito judicial, a probabilidade de perda seria possível, seja em razão dos argumentos de defesa, seja pelo valor das multas que não foram fixadas.

### ***Instrumentos Financeiros Derivativos***

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Durante o exercício de 2009, a Companhia e suas controladas contrataram operações com instrumentos financeiros derivativos apenas para fins de proteção patrimonial (hedge). A Companhia e suas controladas não efetuam contabilização de hedge accounting e todo ganho ou perda dessa operação é reconhecido em contrapartida de resultado no mês a que se refere.

O valor justo é calculado considerando a diferença entre:

- O valor nocional em dólar, multiplicado pela taxa original em dólar do contrato trazido a valor presente baseado nos preços da curva de juros (pré-negociada na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo ("BM&F"), pelo prazo em dias úteis que faltam para o vencimento da operação, e
- O valor nocional em dólar trazido a valor presente pela curva de cupom cambial negociada na BM&F pelo prazo equivalente em dias corridos para a operação, multiplicado pelo valor em dólar da Ptax-800 de fechamento do mês correspondente, do Banco Central do Brasil ("BACEN").

Os derivativos são classificados como valor justo através do resultado, conforme CPC nº 14 aprovado pela Deliberação CVM nº566, revogada pela Deliberação CVM nº604.

### **10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

#### ***a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las***

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa durante o exercício são adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem nossa Empresa e todas as

transações efetuadas no exercício coberto pelas demonstrações financeiras foram devidamente registradas nos livros contábeis.

***b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente***

A companhia mantém um processo de acompanhamento e tratamento das recomendações apresentadas na carta de controles internos emitida pelo auditor independente. O documento relativo ao ano de 2009 não apresentou deficiências significativas que pudessem comprometer o ambiente de controle e/ou a confiabilidade das demonstrações financeiras.

As recomendações apresentadas serão avaliadas e as melhorias necessárias serão monitoradas no decorrer do exercício de 2010, visando sua efetividade.

**10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar**

Não aplicável para os exercícios de 2009, 2008 e 2007.

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando**

***a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia possui compromissos firmados junto a fornecedores de bens e serviços, não registrados no balanço até 31 de dezembro de 2009.

Tais compromissos estão a seguir:

		<b>Consolidado</b>				
		<b>Efeito nas demonstrações financeiras</b>	<b>Data da Assinatura</b>	<b>Data do Vencimento</b>	<b>Saldo do Contrato</b>	
					<b>2009</b>	<b>2008</b>
Consultoria técnica e comercial para a identificação e avaliação de jazidas de minério de ferro	Custos e despesas administrativas	De 12/8/2008 a 24/9/2009	De 30/11/2008 a 23/5/2011		595	2.365
Contratos relacionados à construção da Unidade de Produção de Gusa com 2 mini alto-fornos em Corumbá, referentes a: Engenharia básica e detalhada, obras civis, coordenação e gerenciamento, fornecimento e montagem de equipamentos e peças	Ativo Imobilizado	De 21/1/2008 a 16/9/2008	De 11/4/2008 a 30/7/2010		24.552	116.830
Contratos relativos a lavra, estocagem, embarque e transporte fluvial de minério de ferro da Mina 63	Custos e despesas com vendas	De 20/3/2008 a 7/5/2009	De 1/2/2009 a 17/7/2018		14.109	1.083.821
Contratos relacionados à construção civil, arquitetura, fabricação mecânica, transporte e montagem da planta de beneficiamento da Mina 63	Ativo Imobilizado	De 26/2/2008 a 28/10/2008	De 20/3/2009 a 23/3/2013		226.468	20.201
Contratos relativos a projetos florestais	Ativo imobilizado	De 10/3/2008 a 6/8/2009	De 26/9/2008 a 9/2/2012		24.927	2.157
Contratos relacionados a compra de Minério, análise e beneficiamento de minério de ferro	Estoque e Custos	De 31/10/2008 a 17/3/2009	De 7/3/2009 a 25/8/2011		1.116	30.395
Locação de Máquinas, Equipamentos e Veículo Sistema Sudeste.	Custos de produção	De 23/12/2008 a 19/10/2009	De 8/2/2009 a 10/10/2010		610	2.136
Contratos de fornecimento Consultorias Técnicas e atendimentos preventiva e corretiva	Custos e despesas administrativas	De 23/12/2008 a 22/10/2009	De 13/1/2009 a 8/10/2010		1.661	6.790
Contratos relacionado à aquisição do Direito Minerário de Bom Sucesso em Minas Gerais.	Ativo Intangível	De 6/6/2008 a 28/9/2009	De 3/9/2008 a 29/6/2027		69.970	192.010
Contratos de fornecimento de Energia Elétrica Sistema Sudeste	Ativo Imobilizado	De 23/1/2009 a 2/7/2009	De 2/9/2009 a 31/12/2011		1.029	6.000
Contratos de Serviços Portuários e Transportes	Despesas com vendas	De 11/12/2008 a 26/10/2009	De 11/04/2009 a 11/5/2010		3.845	61.064
Outros		De 29/11/2007 a 30/10/2009	De 26/02/2008 a 20/3/2026		<u>311.399</u>	<u>31.148</u>
					<u>680.281</u>	<u>1.554.917</u>

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não constam descritos no item 10.8 a.

**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Os compromissos descritos no item 10.8 a. impactarão nos próximos exercícios as rubricas indicadas pela coluna "Efeito nas demonstrações financeiras" da tabela informada no item 10.8 a.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.8 a.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.8 a.

**10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

O Plano de Investimentos da MMX permanece em revisão, conforme divulgado anteriormente, e tão logo a Companhia tenha finalizado os estudos internos, o mercado será ampla e tempestivamente informado sobre o plano de investimentos da Companhia.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Conforme mencionado no item 10.10 a.

**c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Conforme mencionado no item 10.10 a.

**10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Os impactos da crise financeira iniciada ao final de 2008 chegaram à economia real e provocaram significativa retração da demanda, principalmente no primeiro semestre de 2009, em diversos segmentos industriais, como o automobilístico, linha branca e construção civil,

importantes consumidores de produtos siderúrgicos. O ciclo virtuoso vivenciado no setor de mineração nos últimos anos começou a sofrer forte deterioração. A expressiva retração na produção de aço afetou fortemente a demanda global por minérios e metais e os efeitos dessa retração da demanda não foram diferentes para a MMX.

Em 2009 a MMX se viu obrigada a paralisar temporariamente o Sistema Corumbá e impedida de explorar o pleno potencial de aproveitamento do Sistema Sudeste. Apesar do empenho da MMX para se adequar à conjuntura de mercado em 2009, os resultados da Companhia foram impactados de forma significativa e os reflexos podem ser percebidos através da receita líquida da Companhia em 2009 que foi de R\$ 361,8 milhões, uma queda de R\$ 290,6 milhões em relação a 2008 e no prejuízo líquido de R\$ 214,1 milhões em 2009. Antes mesmo do início de 2009 e do cenário de crise se intensificar, a MMX já vinha trabalhando para a melhora do perfil de sua dívida, orientada pelos princípios de disciplina de capital que norteiam suas atividades. Ao longo do ano, a MMX foi capaz de dar continuidade às ações para a melhoria do perfil do seu endividamento, tanto no tocante a seu prazo médio de vencimento quanto no custo propriamente dito.

Frente a esse cenário, a MMX precisou reavaliar seus projetos e atividades visando adequar-se à nova realidade de mercado.

**ANEXO II**  
**ITENS 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência**

**12.6 Informações sobre os Administradores e Membros do Conselho Fiscal**

12.6.1 Conselho de Administração

	<b>Eike Fuhrken Batista</b>	<b>Eliezer Batista da Silva</b>	<b>Raphael de Almeida Magalhães</b>	<b>Paulo Carvalho de Gouvêa</b>	<b>Luiz Rodolfo Landim Machado</b>
Idade	53	85	79	35	53
Profissão	Empresário	Engenheiro	Advogado	Advogado	Engenheiro
CPF	664.976.807-30	607.460.507-63	007.934.007-59	023.994.247-78	596.293.207-20
Cargo Proposto	Presidente	Presidente Honorário	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro
Data de Eleição	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010
Data da Posse	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010
Prazo do Mandato	AGO 2011	AGO 2011	AGO 2011	AGO 2011	AGO 2011
Outros Cargos	-	-	-	-	-
Eleito por Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim -

	<b>Luiz do Amaral de França Pereira</b>	<b>Samir Zraick</b>	<b>Hans-Juergen Mende</b>	<b>Peter Nathaniel</b>
Idade	74	69	66	42
Profissão	Engenheiro Civil	Engenheiro	Mestrado em Administração de Empresas	Chief Risk Officer
CPF	014.707.017-15	149.615.207-72	060.121.277-07	060.128.497-61
Cargo Proposto	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente
Data de Eleição	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010
Data da Posse	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010	30.04.2010
Prazo do Mandato	AGO 2011	AGO 2011	AGO 2011	AGO 2011
Outros Cargos	-	-	-	-
Eleito por Controlador	-	-	-	-

	<b>Mei Feng</b>	<b>Liu Xuhui</b>
Idade	47	35
Profissão	Especialista em Processamento de Minerais	Graduado em Processamento de Minerais
CPF	061.127.197-46	061.127.187-74
Cargo Proposto	Conselheiro indicado pela Wisco	Conselheiro indicado pela Wisco
Data de Eleição	30.04.2010	30.04.2010
Data da Posse	30.04.2010	30.04.2010
Prazo do Mandato	AGO 2011	AGO 2011
Outros Cargos	-	-
Eleito por Controlador	Não	Não

12.6.2 Diretoria

A Diretoria não é eleita em Assembléia, desta forma o fornecimento das informações acima para a Diretoria não se aplica.

12.6.3 Conselho Fiscal.

Não há Conselho Fiscal instalado.

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item "12.6" em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco,**

## **financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

### Comitê de Auditoria:

Embora a Companhia possua Comitê de Auditoria, este item não é aplicável, pois, a eleição do mesmo não ocorre em Assembléia.

## **12.8 Currículo dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal**

### Conselho de Administração

**Eike Fuhrken Batista**, Presidente do Conselho de Administração, é também fundador e CEO da EBX. cursou engenharia metalúrgica na Universidade de Aachen, Alemanha. Empresário bem-sucedido, dirige o Grupo EBX há mais de 20 anos, ganhando notoriedade mundial na indústria de mineração. Além disso, Eike Batista foi Presidente do Conselho, Presidente & CEO da TVX Gold Inc., empresa de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Toronto e Nova York, e acumula atualmente, além da posição de Controlador, a posição de Presidente do Conselho de Administração das Companhias MPX, LLX, OSX e OGX, além de acumular a função de Diretor Presidente nesta última. Conforme declaração recebida e assinada, o Presidente do Conselho declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Eliezer Batista da Silva**, Presidente Honorário indicado pelo Controlador, é bacharel em engenharia civil pela Universidade Federal de Engenharia e Arquitetura do Paraná. É ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil, Secretário de Assuntos Estratégicos no Brasil e ex-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Rio Doce International. Foi membro da Academia de Ciências da Rússia e do Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Atualmente é membro do Conselho Empresarial de Desenvolvimento Sustentável e do Conselho Curador do CEBRI/Rio, e ocupa atualmente a posição de Vice Presidente, Presidente Honorário e/ou membro dos Conselhos de Administração das Companhias MPX, LLX, OSX e OGX. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Luiz Rodolfo Landim Machado**, Conselheiro indicado pelo Controlador, é engenheiro graduado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação em administração pela Universidade de Harvard e em engenharia pela Universidade de Alberta, no Canadá. Landim foi engenheiro da Eletrobrás S.A., de Furnas Centrais Elétricas S.A. e acumulou carreira de mais de 26 anos no sistema Petrobras, tendo, inclusive, ocupado os cargos de Diretor-Gerente de Gás Natural e Presidente da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO. Em 2003, foi nomeado Presidente da Petrobras Distribuidora S.A. - BR, maior distribuidora de combustíveis do Brasil. Atualmente, é membro do Conselho de Administração das Companhias OGX, LLX e MPX. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Luiz do Amaral de França Pereira**, Conselheiro Independente, é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná e participou do Stanford Executive Program, Stanford University, California, USA, e de diversos cursos nas áreas de administração de empresas e finanças empresariais. Atualmente é sócio-gerente da Três Rios Consultoria e Planejamento Ltda., atuando como consultor independente para assuntos societários e financeiros para diversas empresas e é Membro do Conselho Fiscal do Instituto Desiderata. Foi Diretor da

Santana Participações e Empreendimentos Ltda. e Igaropã Participações (ex-Caemi). Atuou no Grupo Caemi por mais de 3 anos como Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, inclusive como membro do Conselho de Administração da Caemi e de empresas controladas. Atuou no Grupo Monteiro Aranha por 7 anos como Diretor Vice-Presidente e como membro do Conselho de Administração de empresas controladas. Atuou no Grupo Vale do Rio Doce por 13 anos, exercendo diversas funções e depois por 7 anos como Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, e como membro do Conselho de Administração de empresas controladas. Foi Diretor executivo em empresas do grupo Bozzano, Simonsen. Ocupa atualmente a posição de membro independente dos Conselhos de Administração das Companhias LLX, MPX e OSX. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Raphael de Almeida Magalhães**, Conselheiro indicado pelo Controlador, é advogado formado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1956. Foi Secretário de Planejamento do Governo Carlos Lacerda, Vice-Governador e Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara – CEDUC, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privadas, Diretor de Assessoria Especial da Light - Cia de Eletricidade, Vice-Presidente de Planejamento do Grupo Atlântica Boavista de Seguros, Presidente da Comissão de Reformulação da Política Habitacional, Membro da Comissão de Estudos Constitucionais, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Secretário de Estado de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Secretário Executivo do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. É titular do Escritório de Advocacia – R.H. Almeida Magalhães- Advogados. Atualmente é Conselheiro também nas Companhias LLX, OGX, MPX e OSX. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Samir Zraick**, Conselheiro Independente, é também Membro independente dos Conselhos das Companhias MPX, LLX e OSX. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1964. Obteve o título de mestre em engenharia eletrônica pela Delft University da Holanda em 1966. Posteriormente obteve o título de doutor pela Faculté des Sciences de l'Université de Paris em 1970. Trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce como gerente geral de sistemas no período de 1971 a 1975. Foi vice-presidente da Rio Doce América, uma subsidiária americana da Companhia Vale do Rio Doce entre 1975 e 1979. Fez parte do Conselho de Administração e atuou como Chairman do Marketing Committee da Quebec Cartier Mining Co. - QCM, localizada na província do Quebec, Canadá, durante os anos de 1990 a 1999. É ainda membro do Conselho de Administração da Embraer. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Paulo Carvalho de Gouvêa**, Conselheiro indicado pelo Controlador, é advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou nos escritórios de advocacia Baker & McKenzie e Veirano Advogados Associados, especializado em direito societário, comercial e tributário. Em 1997 entrou para o Grupo EBX como advogado, sendo posteriormente promovido a Diretor Jurídico. Paulo Gouvêa deteve assento no Conselho de Administração da Minera Mantos de Oro S.A., a maior mineradora e produtora de prata da América Latina de 1999 até 2001. Foi, ainda, Diretor Jurídico da MMX e é hoje membro do Conselho de Administração da MPX, LLX, OSX e OGX, além de Diretor de Finanças Corporativas do Grupo EBX. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação

transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Hans Mende**, Conselheiro Independente, atuou no Grupo Thyssen entre 1968-1986, sendo responsável pelo Comércio Internacional de Matérias Primas, exercendo diversos cargos executivos, entre os últimos a Presidente da Thyssen Carbometal. Co-fundador, acionista e Presidente do Grupo AMCI desde 1986, um grupo de mineração de carvão internacional com operações nos Estados Unidos, na Europa, na Austrália, na China e na África do Sul. Mestrado em administração de empresas pela Universidade de Colônia, Alemanha (1967). Atualmente, é Presidente não-executivo da Alpha Natural Resources, uma grande companhia aberta de mineração de carvão nos Estados Unidos. Também faz parte do Conselho de Administração da Quintana Maritime, companhia aberta listada na NASDAQ. A Quintana é uma empresa marítima que opera uma grande frota de transportadoras de carvão e ferro. O Sr. Mende ainda é membro do Conselho de Administração das seguintes empresas privadas, OKD na República Tcheca, AMCI Austrália e a Whitehaven Pty Ltd, Austrália. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Peter Nathaniel**, Conselheiro Independente, é responsável pela área de risco (Chief Risk Officer) do Royal Bank of Scotland Group, um dos maiores bancos britânicos, sendo o quinto maior do mundo em capitalização bolsista. Antes de ingressar no RBS Group o Sr. Peter trabalhou por 15 anos no Citigroup, maior conglomerado financeiro do mundo, onde ocupou posições de destaque nas operações de Londres, Moscou e Varsóvia. O Sr. Nathaniel atuou por 3 (três) anos no grupo de reestruturação global do Citigroup em Nova York, sendo responsável por algumas das mais significantes operações nos Estados Unidos e no resto do mundo, além de ocupar o cargo de Chief Risk Officer para o Citigroup Asset Management e trabalhar nas áreas de Seguros, Novos negócios, Fundo de Previdência privada e áreas de proprietary M&A. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Liu Xuhui**, Conselheiro indicado pelo acionista minoritário WISCO. É graduado em Processamento de Minerais pela Universidade de Ciência & Tecnologia de Beijing (USTB) e possui MBA pela Wright State University – Dayton. Ingressou na Wuhan Iron and Steel (Group) Co. (“WISCO”) como engenheiro metalúrgico (responsável por rolos de aço) em 1997. Possui 13 anos de experiência na WISCO, tendo passado por diversas áreas do Grupo como técnico e responsável pela área. Atualmente, ocupa o cargo de “Responsável pela Área de Gerenciamento de Ativos da WISCO”. Não atuou em outras empresas de capital aberto no Brasil. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Mei Feng**, Conselheiro indicado pelo acionista minoritário WISCO. É um especialista em Processamento de Minerais, graduado em Engenharia de Processamento de Minerais pela Wuhan Institute of Technology. Possui 24 anos de experiência na área de mineração. Atualmente, ocupa o cargo de gerente geral da WISCO encarregado pela Mina de Ferro Daye (uma das maiores minas de ferro na China), com o título profissional de Engenheiro de Processamento de Minerais Sênior. Não atuou em outras empresas de capital aberto no Brasil. Conforme declaração recebida e assinada, o Conselheiro declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a. Administradores da Companhia**

Eliezer Batista da Silva, Presidente Honorário do Conselho de Administração, é pai do Sr. Eike F. Batista, Presidente do Conselho de Administração.

**b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**

Não há.

**c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Eliezer Batista da Silva, Membro do Conselho de Administração, é pai do Sr. Eike F. Batista, Controlador da Companhia.

**d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Não há.

**12.10 Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:**

**a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia**

Não aplicável à Companhia.

**b. Controlador direto ou indireto da Companhia**

Não aplicável à Companhia.

**c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

O Sr. Eike Batista, controlador da Companhia, é Presidente do Conselho de Administração da mesma desde a sua fundação e até 03/08/2009, exerceu, cumulativamente, o cargo de Diretor Presidente.

**ANEXO III**  
**ITEM 13 do Formulário de Referência**

**13. Remuneração dos Administradores**

**13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. *Objetivos da política ou prática de remuneração***

O objetivo da política de remuneração da Companhia é valorizar o desempenho de seus profissionais na evolução da empresa, conforme planejamento estratégico definido internamente e alinhado com o retorno aos acionistas no curto, médio e longo prazo. Desta forma, a Companhia estimula a melhoria de sua gestão, motiva e retém executivos altamente qualificados nos quadros da Companhia. No caso do Comitê de Auditoria, os honorários são pagos em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada um dos membros.

**b. *Composição da remuneração, indicando:***

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:**

A remuneração dos administradores é composta de uma remuneração fixa somada a um componente baseado em ações, sendo este através das opções de compra outorgadas pelo controlador (Plano do Controlador) ou pela outorga de opções de compra ou subscrição de ações pela Companhia. Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, abaixo. No caso do Comitê de Auditoria, os honorários são pagos em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada um dos membros.

**Diretoria Executiva**

**Remuneração Fixa**

Montante fixo mensal, definido de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores praticadas do mercado.

**Benefícios**

Os benefícios disponibilizados pela Companhia a seus administradores incluem Plano de saúde e Seguro de Vida, e estendem-se a seus dependentes.

**Outorga de opções de compra de ações do acionista controlador ("Plano do Controlador"):**

O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, as quais, de acordo com o padrão contábil IFRS, passarão a ser reconhecidas no resultado do Emissor no exercício de 2010. As opções outorgadas a esses profissionais podem ser exercidas na proporção de 20% a cada aniversário da respectiva outorga, com duração de 5 anos, conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorgas individuais. Os diretores e conselheiros beneficiários de tais opções estão sujeitos a determinadas restrições de venda das ações adquiridas do Acionista Controlador, incluindo uma proibição de venda de tais ações pelo prazo de 36 meses após a assinatura dos respectivos contratos. Por se tratar de opção de compra outorgada diretamente pelo acionista controlador, tais opções, se exercidas, não requererão a emissão de novas ações e, portanto, não resultarão na diluição dos demais acionistas da Companhia.

## **Conselho de Administração**

### Remuneração Fixa

Os membros recebem, mediante participação em reunião do Conselho de Administração, uma remuneração fixa por reunião.

### Plano da Companhia de subscrição ou compra de ações da MMX ("Plano da Companhia"):

A Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2006, aprovou um programa de opção de compra de ações de emissão da Companhia. De acordo com o programa de opção de compra de ações, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, executivos e colaboradores da Companhia que representem não mais do que 1% das ações em circulação. Entretanto, na mesma Assembléia Geral de Acionistas, determinou-se que o Conselho não outorgaria quaisquer opções de compra de ações no exercício social de 2006, tendo sido outorgadas, apenas, opções de compra de ações em favor de alguns dos membros titulares do Conselho de Administração e para um assessor do Conselho de Administração. A Companhia outorgou opções de compra de ações que tenham um valor financeiro, considerando o preço por ação, de US\$8.000 mil, as quais poderão ser exercidas na proporção de 20% a cada um dos 5 primeiros aniversários a partir de 24/07/2006, a um preço de exercício equivalente a R\$77,15 por ação (após o grupamento realizado em 6 de julho de 2006). Um dos membros do Conselho de Administração, por sua vez, tem, assim como os diretores da Companhia, opção de compra de ações de propriedade do acionista controlador, não dilutiva aos acionistas minoritários, equivalentes a até 1% das ações de sua propriedade, não tendo qualquer opção de compra ou subscrição de ações outorgadas pela Companhia. A opção outorgada a esse membro do Conselho de Administração poderá ser exercida a partir de 24/07/2006. O preço de exercício da opção de compra de ações de membro do Conselho será obtido por meio da divisão entre o capital investido pelo acionista controlador na constituição da Companhia e suas controladas, dividido pelo número de ações de sua propriedade.

## **Comitê de Auditoria**

No caso do Comitê de Auditoria, honorários pagos em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada um dos membros do Comitê de Auditoria.

### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:**

Os percentuais calculados são baseados na remuneração do exercício social encerrado em 2009, conforme a tabela descritiva no item 13.2.

	<b>Remuneração</b>			<b>Total</b>
	<b><u>Fixa (R\$)</u></b>	<b><u>Benefícios</u></b>	<b><u>Plano de Opções da Companhia</u></b>	
Conselho de Administração	11,43%	0,00%	88,57%	100,00%
Comitê de Auditoria	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria	96,20%	3,80%	0,00%	100,00%

<sup>1</sup> O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Os componentes da remuneração dos administradores seguem as melhores práticas do mercado e foram definidos através da Assembléia Geral, não havendo metodologia de reajuste pré-definida.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração:**

A composição da remuneração visa refletir a responsabilidade do cargo e nível de competitividade da indústria de mineração.

***c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:***

A administração da Companhia recebe do controlador ou da Companhia opções de compra tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), compondo parte substancial da remuneração. Neste sentido, a maior parte da remuneração dos administradores está relacionada com o desempenho das ações da companhia.

Adicionalmente, o Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

***d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:***

A remuneração fixada leva em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional e a remuneração praticada pelo mercado, visando o desenvolvimento da Companhia.

A remuneração variável dos Administradores da Companhia está diretamente atrelada ao preço da ação, que por sua vez reflete o desempenho da companhia.

***e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:***

Tanto a outorga de opções de compra pelo acionista controlador aos diretores e membros do conselho da administração da Companhia quanto o Programa e o Plano de outorga de opções da companhia alinham os interesses de administradores e principais colaboradores, Companhia e acionistas. Por meio do Programa e do Plano, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. O Programa e o Plano visam possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos no Plano. O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os

princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

***f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:***

De forma a incentivar os principais executivos da Companhia e motivá-los a buscar sempre melhores resultados de longo prazo para a empresa, o acionista controlador outorgou opções de compra de ações de sua propriedade em favor de determinados diretores e membros do conselho de administração da Companhia, para que os mesmos adquiram ações de titularidade do acionista controlador de emissão da MMX e de outras companhias controladas pelo mesmo (MPX Energia S.A.). Este Plano do Controlador não é reconhecido no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício. As opções outorgadas a esses profissionais podem ser exercidas em proporção de 20% a cada aniversário da respectiva outorga, com duração de 5 anos. Por se tratar de opção de compra outorgada diretamente pelo acionista controlador, tais opções, se exercidas, não requererão a emissão de novas ações e, portanto, não resultarão na diluição dos demais acionistas da companhia.

***g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:***

Na hipótese de mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, bem como nos casos de fusão, cisão com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação da Companhia, assim como no caso de incorporação de ações, deverão ser respeitados os Programas e Planos já instituídos (na medida em que permitido por lei), fazendo-se os ajustes necessários no número de opções, inclusive respeitando-se as relações de troca utilizadas para efeito das operações descritas acima. Poderá, nestes casos, o Conselho de Administração deliberar, quando da instituição do Plano, a transformação imediata de opções ainda não passíveis de serem exercidas ("Opções Não Maduras") em opções passíveis de serem exercidas ("Opções Maduras").

**13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

	Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010			
	Conselho de Administração	Diretoria	Comitê de Auditoria	Total
Número de membros	11	3	3	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	-	2.895.000,00	-	2.895.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em Comitês	-	-	240.000,00	240.000,00
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	765.000,00	-	-	765.000,00
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>Valor por órgão da remuneração</b>	<b>765.000,00</b>	<b>2.995.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>4.000.000,00</b>

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009			
	Conselho de Administração	Diretoria	Comitê de Auditoria	Total
Número de membros	11	3	3	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	-	4.451.339,66	-	4.451.339,66
Benefícios diretos e indiretos	-	175.962,48	-	175.962,48
Remuneração por participação em Comitês	-	-	224.000,00	224.000,00
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	400.000,00	-	-	400.000,00
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	3.103.000,00	-	-	3.103.000,00
<b>Valor por órgão da remuneração</b>	<b>3.503.000,00</b>	<b>4.627.302,14</b>	<b>224.000,00</b>	<b>8.354.302,14</b>

De acordo com a faculdade prevista no Artigo 67 da Instrução CVM 480/09, não serão apresentadas as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008. O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da

adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

### **13.3 Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:**

Não houve qualquer remuneração variável nos três últimos exercícios sociais, bem como não há remuneração variável prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

### **13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

#### ***a. Termos e condições gerais***

##### Outorga de opções de compra de ações do acionista controlador ("Plano do Controlador"):

O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações **reconhecida no resultado** dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício. As opções outorgadas a esses profissionais podem ser exercidas na proporção de 20% a cada aniversário da respectiva outorga, com duração de 5 anos, conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorgas individuais. Os diretores e conselheiros beneficiários de tais opções estão sujeitos a determinadas restrições de venda das ações adquiridas do Acionista Controlador, incluindo uma proibição de venda de tais ações pelo prazo de 36 meses após a assinatura dos respectivos contratos. Por se tratar de opção de compra outorgada diretamente pelo acionista controlador, tais opções, se exercidas, não requererão a emissão de novas ações e, portanto, não resultarão na diluição dos demais acionistas da Companhia.

##### Plano da Companhia de subscrição ou compra de ações da MMX ("Plano da Companhia"):

A Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2006, aprovou um programa de opção de compra de ações de emissão da Companhia. De acordo com o programa de opção de compra de ações, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, executivos e colaboradores da Companhia que representem não mais do que 1% das ações em circulação. Entretanto, na mesma Assembléia Geral de Acionistas, determinou-se que o Conselho não outorgaria quaisquer opções de compra de ações no exercício social de 2006, tendo sido outorgadas, apenas, opções de compra de ações em favor de alguns dos membros titulares do Conselho de Administração e para um assessor do Conselho de Administração. A Companhia outorgou opções de compra de ações que tenham um valor financeiro, considerando o preço por ação, de US\$8.000 mil, as quais poderão ser exercidas na proporção de 20% a cada um dos 5 primeiros aniversários a partir de 24/07/2006, a um preço de exercício equivalente a R\$77,15 por ação (após o grupamento realizado em 6 de julho de 2006). Um dos membros do Conselho de Administração, por sua vez, tem, assim como os diretores da Companhia, opção de compra de ações de propriedade do acionista controlador, não dilutiva aos acionistas minoritários,

equivalentes a até 1% das ações de sua propriedade, não tendo qualquer opção de compra ou subscrição de ações outorgadas pela Companhia. A opção outorgada a esse membro do Conselho de Administração poderá ser exercida a partir de 24/07/2006. O preço de exercício da opção de compra de ações de membro do Conselho será obtido por meio da divisão entre o capital investido pelo acionista controlador na constituição da Companhia e suas controladas, dividido pelo número de ações de sua propriedade.

Segue abaixo o resumo do programa de opções de compra de ações de emissão da Companhia:

#### **Opções de ações outorgadas em ações**

<b>Data da outorga</b>	<b>Condições da outorga</b>	<b>Data Maturação</b>	<b>Data Vencimento</b>	<b>Quantidade de opções outorgadas</b>
		21/7/2009	21/7/2010	42.800
		31/8/2009	31/8/2010	42.800
	Permanecer na Companhia pelo prazo de 5 anos	21/7/2010	21/7/2011	299.600
		31/8/2010	31/8/2011	42.800
		21/7/2011	21/7/2012	299.600
		31/8/2011	31/8/2012	42.800
28/4/2006		31/8/2012	31/8/2013	<u>42.800</u>
<b>Total</b>				<u><u>813.200</u></u>

#### **2009**

	<b>Preço de Exercício R\$/ação</b>	<b>Quantidade de opções</b>
Saldo inicial	0,48 a 9,60	1.155.600
Expiradas		(85.600)
Exercidas		<u>(256.800)</u>
<b>Saldo final</b>	0,48 a 9,60	<u><u>813.200</u></u>

Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2009	85.600
Prazo médio remanescente (anos)	1,78
Valor justo das opções outorgadas em R\$	10,57
Preço médio ponderado das ações	12,35
Preço de exercício das opções	0,48 e 9,60
	26,37% a
Volatilidade esperada	53,83%
Prazo das opções	1,78
Taxa de juros livre de risco	5,89%
Efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:	
Outorga de opções de ações	3.103
Valor intrínseco em R\$ mil	8.091

**b. Principais objetivos dos Planos**

O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações do Acionista Controlador e o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia têm por objetivos: (i) estimular a melhoria da gestão da Companhia e das empresas que estejam sob o seu controle direto ou indireto, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os, assim, a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia; (ii) atrair, motivar e reter executivos altamente qualificados nos quadros da Companhia; e (iii) ampliar a atratividade da Companhia.

**c. Forma como os planos contribuem para esses objetivos**

Tanto o Plano do Controlador quanto o Plano da Companhia conferem aos seus beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

**d. Como os planos se inserem na política de remuneração da Companhia**

Os planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com os objetivos empresariais.

**e. Como os planos alinham os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações do Acionista Controlador e o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia alinham os interesses de administradores e principais colaboradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da Companhia. Por meio do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações do Acionista Controlador e o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os planos visam possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, engajá-los na Companhia, oferecendo, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos no respectivo plano, comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

**f. Número máximo de ações abrangidas**

Nos termos do Plano da Companhia, podem ser outorgadas aos beneficiários opções de compra de ações, até o limite de 1% do total de ações de emissão da Companhia, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas e não exercidas

O número máximo de ações que podem ser abrangidas pelo Plano do Controlador não obedece a um critério pré estabelecido e é determinado pelo próprio Acionista Controlador. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

**g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

Vide item anterior.

#### ***h. Condições de aquisição de ações***

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia são estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base nos Planos que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração para cada ano de vigência do Programa.

Em relação ao Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações do Acionista Controlador, uma vez outorgada a opção, a aquisição poderá ser realizada na condição de que o Administrador permaneça no cargo e pague o preço de exercício para que faça jus às ações. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

#### ***i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício***

O preço de aquisição ou exercício do Plano do Controlador foi determinado discricionariamente pelo acionista controlador. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

O preço de aquisição ou exercício do Plano da Companhia será apurado com base no valor de mercado das ações, calculado pela média simples do preço das ações da Companhia nos 20 (vinte) últimos pregões, contados da data da outorga das ações para determinado colaborador da sociedade, adotando-se sempre a cotação de fechamento de cada pregão. O preço de aquisição ou exercício de cada ação nunca será inferior a 80% (oitenta por cento), nem superior a 100%, do valor de mercado das ações. O preço será atualizado pelo IPCA divulgado pelo IBGE.

#### ***j. Critérios para fixação do prazo de exercício***

Conforme estabelecido no Programa, o prazo de exercício das Opções será de no máximo um ano, contado a partir da data em que a respectiva opção tenha se tornado madura. O mesmo critério se aplica às opções de compra de ações outorgadas pelo acionista controlador em favor dos executivos, sob pena de decadência do direito ao referido exercício em ambos os planos. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

#### ***k. Forma de liquidação***

A subscrição ou compra das ações objeto das opções outorgadas no âmbito do Programa e do Plano, conforme o caso, deverá ser paga a vista, com recursos próprios do beneficiário. O mesmo critério se aplica às opções de compra de ações outorgadas pelo nosso acionista controlador em favor dos executivos. Para as opções outorgadas no âmbito do Programa e do Plano, excepcionalmente, o Conselho de Administração da Companhia poderá autorizar o Participante a integralizar uma parcela mínima equivalente a 10% do valor total do preço de subscrição no ato de compra, devendo os 90% restantes ser integralizados num prazo de 30 (trinta) dias contados da data de pagamento da primeira parcela. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

Salvo se deliberado diversamente pelo Conselho de Administração, as ações adquiridas em razão do exercício da Opção farão jus a dividendos em dinheiro, incluindo juros sob o capital próprio, sobre os lucros declarados no exercício social em que ocorreu a subscrição, exceto se virem a ser exercidas após o encerramento do primeiro semestre, quando farão jus a dividendos calculados *pro rata* para o período que restar do exercício social.

Na hipótese de impontualidade do beneficiário quanto ao pagamento do valor remanescente do preço de subscrição da opção, será devido multa no valor 10% (dez por cento) sobre o preço total da opção exercida, sendo certo que tão logo entre em mora, e após o pagamento da referida multa, o beneficiário tem um prazo adicional de 10 (dez) dias úteis para integralizar o preço de subscrição.

### ***l. Restrições à transferência das ações***

O Plano do Controlador veda a negociação de ações resultantes do mesmo por períodos de 36 meses a contar da assinatura dos respectivos contratos. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

O Plano da Companhia outorgado a determinados membros do Conselho de Administração da Companhia não prevê qualquer restrição à transferência de ações.

### ***m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano***

Pode causar a alteração ou extinção do Programa, inclusive em relação aos Planos já instituídos e às Opções já outorgadas, mas ainda não exercidas, a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia, dentre outros.

### ***n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações***

Consoante os contratos de outorga das opções de compra conferidas por nosso acionista controlador aos diretores da Companhia, o desligamento do Diretor ou Administrador outorgado, poderá implicar na renúncia ou perda, pelo Diretor ou Administrador outorgado das opções ainda pendentes de exercício. Para maiores informações em relação ao Plano do Controlador, favor verificar o item 13.4.a, acima.

Com base no Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, os casos de desligamento dos beneficiários terão os seguintes tratamentos:

- Desligamento do beneficiário por justa causa ou a seu pedido:
  - opções ainda não maduras serão canceladas;
  - opções maduras, mas que ainda não tenham sido exercidas, não mais poderão ser exercidas, sendo canceladas igualmente;
- Desligamento sem justa causa (i.e., por iniciativa da Companhia):
  - opções ainda não maduras serão canceladas;
  - opções maduras, mas que ainda não tenham sido exercidas, poderão ser exercidas, desde que respeitadas as condições de (i) prazo de maturidade e (ii) prazo máximo de exercício das opções;
- Desligamento por aposentadoria por tempo de trabalho ou idade:
  - opções ainda não maduras serão canceladas;
  - opções maduras, mas que ainda não tenham sido exercidas, poderão ser exercidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Os 90 (noventa) dias citados acima são contados da data de deferimento pelo INSS do requerimento de aposentadoria, por tempo de trabalho ou idade, efetuado pelo beneficiário; sendo certo, contudo, que caso o beneficiário não efetue tal requerimento perante o INSS dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que tiver sido desligado (por aposentadoria por tempo de trabalho ou idade), as opções maduras também serão automaticamente canceladas.

**13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

Órgão	Posição Acionária em 31 de dezembro de 2009					
	LLX	MMX	MPX	OGX	OSX	EBX
Diretoria Estatutária	4.000	4.000	3.520	20.000	0	0
Conselho de Administração	381.504.391	198.504.062	103.474.680	2.021.566.300	63.000.488	204.175.589*

- (1) Ações Ordinárias de emissão da LLX Logística S.A.  
(2) Ações Ordinárias de emissão da MMX Mineração e Metálicos S.A.  
(3) Ações Ordinárias de emissão da MPX Energia S.A.  
(4) Ações Ordinárias de emissão da OGX Petróleo e Gás Participações S.A.  
(5) Ações Ordinárias de emissão da OSX Brasil S.A.  
(6) Quotas do capital social da EBX Investimentos Ltda.

### 13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

#### Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia:

	<b>Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010 Conselho de Administração 08</b>	<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 Conselho de Administração 08</b>
Número de membros		
Outorga de opções de compra de ações		
Data(s) da(s) outorga(s)	21.07.2006	21.07.2006
Quantidade de opções outorgadas	-	342.400
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1 ano após outorga	1 ano após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	1 ano após a maturação	1 ano após a maturação
Prazo máximo de restrição à transferência de ações	Não Há	Não Há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções <sup>(1)</sup> :		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 0,48 a R\$ 9,60	R\$ 0,48 a R\$ 9,60
Perdidas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	R\$ 0,48 a R\$ 9,60
Expiradas durante o exercício social	-	R\$ 0,48 a R\$ 9,60
Valor justo das opções na data de outorga <sup>(2)</sup>	R\$ 16.311.591	R\$ 16.311.591
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas <sup>(3)</sup>	-	0,11%

<sup>(1)</sup> Preço médio ponderado com data base de 31/12/2009

<sup>(2)</sup> O cálculo do valor justo das opções leva em conta o número total de ações incluídas no Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia que poderão ser subscritas ou adquiridas na proporção de 20% ao ano, e em caso de exercício integral das opções.

<sup>(3)</sup> Para fins de determinação do cálculo da diluição máxima, por ação, considerando o exercício das opções outorgadas, utilizamos o número total de ações incluídas no Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia.

#### Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações do Acionista Controlador:

	<b>Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010 Conselho de Administração 01</b>	<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 <sup>(1)</sup> Conselho de Administração</b>
Número de membros		-
Outorga de opções de compra de ações	21.07.2006	-
Data(s) da(s) outorga(s)		-
Quantidade de opções outorgadas	1.944.800	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	A partir de 21.07.2007	-
Prazo máximo para exercício das opções	1 ano após a maturação	-
Prazo máximo de restrição à transferência de ações	21.07.2009	-
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	R\$0,01	-
Perdidas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data de outorga	(2)	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas <sup>(4)</sup>	Não há	-

<sup>(1)</sup> O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

<sup>(2)</sup> O valor justo das opções do controlador não está disponível uma vez que, tal como explicado na Nota 1, as normas contábeis aplicáveis ao exercício de 2009 não obrigam o Emissor a transitar este Plano no resultado. Tão logo se tornem aplicáveis os princípios contábeis IFRS o Emissor divulgará o valor justo das opções.

	Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 <sup>(1)</sup>
	MPX	MMX	
Número de membros		02	-
Outorga de opções de compra de ações		MMX	-
Data(s) da(s) outorga(s)	A partir de 13.12.2007	A partir de 21.7.2006	-
Quantidade de opções outorgadas	17.620	1.782.977	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	a partir de 13.12.2008	A partir de 21.7.2007	-
Prazo máximo para exercício das opções	1 ano após a maturação	1 ano após a maturação	-
Prazo máximo de restrição à transferência de ações	13.12.2010	3.8.2012	-
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			-
Em aberto no início do exercício social	R\$0,01	R\$0,01	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga	(2)	(2)	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não há	Não há	-

<sup>1</sup> O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

<sup>2</sup> A data refere-se à outorga pelo acionista controlador do plano de ações da MMX Mineração e Metálicos S.A. que, por ocasião da cisão da MMX com incorporação da parcela cindida pela LLX, passou a contemplar também ações da LLX.

### 13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social:

#### Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 Conselho de Administração
Número de membros	08
Em relação às opções ainda não exercíveis	
Quantidade	813.200
Data em que se tornarão exercíveis	De 21.07.2009 a 31.08.2012
Prazo máximo para exercício das opções	1 ano após a maturação
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,48 a R\$ 9,60
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 8.328.465,44
Em relação às opções exercíveis:	
Quantidade	-
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Preço médio ponderado de exercício	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-

#### Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações do Acionista Controlador:

O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações **reconhecida no resultado** dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

### **13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:**

#### Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia:

	<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009</b>
Número de membros	
Em relação às opções exercidas informar:	
Número de ações	256.800
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,48 a R\$ 9,60
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 626.005,00
Em relação às ações entregues informar:	
Número de ações	342.400
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 0,48 a R\$ 9,60

#### Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações do Acionista Controlador:

O Acionista Controlador outorgou em favor de determinados membros da administração, opções de ações de sua titularidade de emissão tanto da MMX quanto de outras companhias também controladas pelo Acionista Controlador, quais sejam (MPX Energia S.A.), as quais, não são reconhecidas no resultado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. A partir da adoção do padrão contábil IFRS, que ocorrerá em relação ao exercício social a ser encerrado em 2010, este plano passará a ser reconhecido no resultado do Emissor. Tendo em vista que o item 13.6 do Anexo III da Instrução CVM 480/09 exige que seja divulgada apenas a "remuneração baseada em ações **reconhecida no resultado** dos 3 últimos exercícios sociais", a remuneração relativa ao Plano do Controlador não será divulgada neste Formulário, uma vez que não está reconhecida no resultado neste exercício.

### **13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.6" a "13.8", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:**

#### **a. Metodologia:**

Pode-se considerar o Plano, do ponto de vista financeiro, como um pacote de opções de compra, conferindo o direito de aquisição sobre 20% da quantidade de ações objeto do plano. Para determinar o valor justo (fair value) do programa de outorga de opções foi utilizado o modelo de Merton (1973), uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos.

#### **b. Parâmetros para Avaliação das Opções:**

##### **(i). Forma de determinação da volatilidade esperada:**

A limitada série histórica de cotações em bolsa das ações da MMX não garante uma projeção confiável de volatilidade futura dos preços a partir de dados passados. Foi mantida como proxy, portanto, a série histórica de preços das ações preferenciais da Companhia Vale do Rio Doce (VALE5). A definição de janela temporal para estimação da volatilidade futura esperada (isto é, a extensão da série histórica de dados analisada) também foi mantida como igual ao prazo T da opção à qual esta será aplicada na precificação.

**(ii). Taxa de Dividendos Esperada**

A MMX ainda não distribuiu quaisquer quantias a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio desde a sua constituição. Foi mantida, portanto, a hipótese de que não serão pagos dividendos durante a vida do programa de outorga de opções.

**(iii). Taxa Livre de Risco**

Foram utilizadas as taxas de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

**(iv). Taxa de Abandono do Programa**

Não há registro de abandono por parte de executivos participantes do programa de incentivo desde a sua criação.

**13.10 Planos de Previdência**

Não há qualquer plano de previdência para os administradores da Companhia.

**13.11 Remunerações Média dos Administradores**

Não aplicável, de acordo com a liminar deferida no dia 02 de março de 2010 ao Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro – IBEF - Rio – determinando a suspensão da eficácia deste subitem em relação aos associados do referido Instituto e, por consequência, às sociedades às quais estejam vinculados.

**13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando as consequências financeiras para o emissor:**

Não há qualquer remuneração baseada em contratos, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo.

**13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Órgão	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE
	DEZEMBRO DE
	2009
Conselho de Administração	15,13%
Diretoria Estatutária	0%

De acordo com a faculdade prevista no Artigo 67 da Instrução CVM 480/09, não serão apresentadas as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

A tabela abaixo resume o pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia:

	<b><u>LLX/MPX/ OGX/OSX/EBX/MMX</u></b> <b>(1)</b>
Conselho de Administração	R\$ 6.925.249,19
Diretoria	-
Outros	-

(1) LLX Logística S.A.

(2) MPX Energia S.A.

(3) OGX Petróleo e Gás Participações S.A.

(4) OSX Brasil S.A.

(5) FBX Investimentos Ltda.

(6) MMX Mineração e Metálicos S.A.

De acordo com a faculdade prevista no Artigo 67 da Instrução CVM 480/09, não serão apresentadas as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

**13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes**

Não existem outras informações relevantes sobre este item 13.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2010.

A Administração.

**MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.**

**EIKE FUHRKEN BATISTA**

Presidente do Conselho de Administração